

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, fevereiro de 2012, número 50. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Complexo industrial portuário do Açú: promiscuidade entre público e privado. Violenta desapropriação de agricultores e pescadores no município de São João da Barra (RJ)

ARTIGO DO MÊS

***Territorios y Desarrollo Rural en América Latina:
una herramienta entre dos paradigmas el microcrédito rural***

EVENTOS

XVII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG
Belo Horizonte – Minas Gerais, 23 a 28 de julho de 2012
XIII Jornada do Trabalho

Presidente Prudente – São Paulo, 9 a 13 de outubro de 2012
XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA
Uberlândia – Minas Gerais, 15 a 19 de outubro de 2012

PUBLICAÇÃO



La Descolonización del territorio: Luchas y resistencias campesinas, indígenas en Bolivia. Reforma Agraria y Asamblea Constituyente.
Autora: Claudia Pilar Lizarraga Aranibar

Dissertação de mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia – área de Produção do espaço geográfico, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, campus de Presidente Prudente. O objetivo da pesquisa foi analisar o processo da descolonização/desabigarramento do território boliviano desde as lutas e resistências dos povos até a disputa no campo político, como a Assembleia Constituinte (2006-2008). Esta disputa é a base da construção da sociedade e do Estado na Bolívia.

APOIO

Elaborado por Danilo Valentin Pereira (bolsista Ciência na Unesp) e Marina Fortunato Bueno da Silveira (bolsista Ciência na Unesp).
Pesquisadores do NERA

Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇU: PROMISCUIDADE ENTRE PÚBLICO E PRIVADO. VIOLENTA DESAPROPRIAÇÃO DE AGRICULTORES E PESCADORES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)

Carolina de Cassia Ribeiro de Abreu

Agente da Comissão pastoral da Terra/Campos dos Goytacazes/RJ

carolinadecassia07@yahoo.com.br

Está em andamento no município de São João da Barra, norte do estado do Rio de Janeiro, a construção do Porto do Açú, empreendimento logístico da empresa LLX, pertencente ao Grupo EBX, de Eike Batista. O porto integra o Complexo Industrial Portuário do Açú, empreendimento concebido como um condomínio industrial composto por indústrias siderúrgicas, unidades petroquímicas, cimenteiras, montadoras de automóveis, usinas termoelétrica, além de um mineroduto de 525 km ligando a mina de ferro do grupo MMX no município de Alvorada, MG, ao Complexo Industrial. Trata-se – exalta com galhardia o empresário – do maior investimento em infraestrutura portuária das Américas. A construção teve início em outubro de 2007, com previsão de início de suas operações em 2012.

Diversos estudos tem demonstrado que a instalação do Complexo Industrial Porto do Açú provocará impactos diretos em 32 municípios de MG e RJ, porém, seguramente, os mais impactados serão os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, que também abrigarão as operações industriais e portuárias, bem como outras obras de infraestrutura diretamente ligadas ao Complexo.

Assim é que a construção do píer que ligará o terminal de cargas ao continente já vem impactando a pesca, uma das principais atividades econômicas da população local. Agricultores familiares, ameaçados com a iminente expropriação de suas terras, já foram afetados pela interrupção de suas práticas locais de produção e subsistência. Há previsão também de impactos sobre o modo de vida e economia local como o rompimento de relações de vizinhança e comunitária existentes; desestruturação de relações simbólicas da população com o lugar; bem como a desestabilização da estrutura agrária local pela mudança dos padrões de apropriação da terra.

Estima-se que o Decreto estadual nº 41.915/2009, através da intervenção da Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro (CODIN), irá desapropriar área de 7.200 hectares, impositivamente escolhida para dar espaço ao condomínio industrial previsto no projeto. Prevê-se o desalojamento de 1.500 famílias de pescadores e de pequenos agricultores. Mas a megalomania dos empreendedores capitalistas, em correspondência, também do desrespeito à dignidade humana e aos modos de vida de tradicionais trabalhadores e da assombrosa ambição de complexificar o investimento empresarial, não vai parar por aí. A cada momento a imprensa vem anunciando a agregação de mais uma empresa estrangeira. Consequentemente, é de se conjecturar que novas áreas venham a ser cobiçadas.

Portanto, estamos diante do extermínio pleno de agricultores, formados há gerações por transmissão patrimonial da terra e de saber acumulado por experiências de adequação do solo aos cultivos. Mesmo obtendo indenização, os agricultores não terão condições de comprar novos lotes, tendo em vista a pressão em demanda por terra e o alto custo que vem alcançando. Como a maior parte se constituiu na condição de herdeiros, a acumulação do patrimônio em terras não foi obra de uma geração, mesmo que num caso ou noutro tenha havido algum nível de expansão da área dos sítios. Em boa parte dos casos,

uma área considerável abriga lotes de pais e filhos, que se constituíram agricultores por casamento e transmissão da terra.

Os invasores do imemorial território dos agricultores estão supostamente legalizados por força de violência estatal, exemplificando mais um dos recentes casos de confusão entre competências estatais e privadas. Para confirmar essa assertiva, basta rever as insistentes declarações que o Sr. Eike Batista vem acintosamente apresentando à imprensa falada e televisada. Num dos últimos números da *Veja* no ano de 2011, o magnânimo salvador da pátria afirma vir financiando implantações de UPP na cidade do Rio de Janeiro. Mais recentemente, anuncia a antecipação de pagamento dos lotes desapropriados, diante da resistência dos agricultores. Visando não atrasar o cronograma das obras que planejou, pretende se antecipar aos trâmites do Estado na desapropriação das terras, oferecendo ele mesmo um valor de compra, para então vir a negociar como um único titular de toda a propriedade da área desapropriada e revendê-la a empresas que virão. Imagina-se, como afirma, sem vergonha de ser tão rico, o único homem a deter um modo de rodar o mundo. Ou, em grande brado, exprime sua crença e sua prática de que dinheiro compra tudo.

Paralela ou complementarmente a tão magnânimo espírito benfeitor e beneficente, empregados da companhia agridem de diversas maneiras os agricultores que resistem na terra: colocam placas que anunciam o novo dono ou cadeados em porteiros e cortam arames que cercam os espaços de criação e cultivo. A essa violência privada se acresce a do Estado, em total desrespeito aos preceitos que conduzem processos de desapropriação. Funcionários da CODIN anotam num pequeno pedaço de papel e à mão, o suposto valor que os agricultores tem para receber. Informam que, arbitrariamente, o lote foi avaliado por uma abstrata unidade de medida. Portanto, as propriedades não foram vistoriadas e nem receberam laudo técnico, salvo se esses documentos estejam sendo retirados de circulação pública, mas principalmente sabotado ao agricultor implicado na transação. Pensando-se tão poderosos quanto aquele para o qual em verdade trabalham, imaginam que basta anunciar que uma ignorada quantia de dinheiro está depositada em banco para que os agricultores deixem toda sua vida e seus bens para trás. Algumas famílias têm recebido ordens oficiais para se retirar do sítio, sob a mesma ignorância quanto aos trâmites do processo. Por isso, tais ações contam com intervenção policial, quando, para arrancar mãe, filhos menores, avós idosos, que no momento se encontram em casa, desfilam em média 50 policiais e diversos camburões.

Ainda por graça de tão magnânimo empresário, foi construída a “Vila da Terra”, com casas centralizadas em terreno de aproximadamente 40 por 40 metros, num total vazio de árvores e sombras, com um espaço não correspondente à atividade produtiva. E também por graça dos secretários de Estado, os agricultores são achincalhados. Alegam secretários de Estado, após reuniões em que cada um deveria ser pelo menos espelho (público) para o outro, a improcedência do respeito a produtores de maxixe, discreto contraposto à grandeza do porte do empreendimento; ou alegam ainda que vão ajudar aos agricultores expropriados com um fundo criado para combater a miséria ou a pobreza extrema.

Convenhamos: os agricultores e pescadores são trabalhadores. No primeiro caso, são produtores mercantis que abastecem diversas cidades com maxixes, mas também quiabo, melão, melancia, mamão, aves, ovos, caju, mas principalmente abacaxi. São, complementarmente, pequenos criadores de gado e fabricantes de queijo. Jamais precisaram de complementos financeiros para mitigar miséria, porque estão longe dessa condição. A tomar a sério tão nobre anúncio público, os agricultores e pescadores serão

levados a essa condição por ação do governo do estado do Rio de Janeiro. E outro absurdo da ação estatal ainda se revela: o recurso deste fundo será deslocado para quem não se encontra na condição de miserável?

Os agricultores e pescadores do município, representados por associação de moradores e entidades de defesa dos direitos humanos, já manifestaram publicamente as arbitrariedades e injustiças que vem sendo cometidas na condução das negociações com as famílias. No caso das áreas que estão sendo desapropriadas pela CODIN, os problemas envolvem a forma de notificação, erros de vistoria, subavaliação e assédio moral. A Associação dos Produtores Rurais e Imóveis (ASPRIM), que reúne agricultores do 5º Distrito de São João da Barra, vem lutando junto a famílias que têm sido intimidadas por agentes de segurança privada ou mesmo pelos casos já executados de expulsão das famílias dos lotes com a intervenção policial. E vem recebendo apoio de diversas instituições locais, como universidades públicas, diocese do município de Campos de Goytacazes, além da parceria da CPT, MST, MPA e Comitê de Combate ao Trabalho Escravo. Diversos processos foram abertos junto ao Ministério Público, diante da avalanche de desrespeitos ao meio ambiente e à população, inclusive a agricultores bastante idosos, casos até com 98 e 100 anos, que reafirmam a todo o momento e dão exemplo aos mais novos de ilimitada resistência.

Não estamos diante de um caso estapafúrdio e isolado. O Sr Eike Batista vem atuando em várias regiões do Brasil, agregando-se a outros exemplos de abusos de poder do agronegócio e a outros grandes empreendimentos, que querem passar o rodo nas experiências humanas que atrapalham os sonhos de tomar o Brasil para poucos. O nome do magnânimo e benfeitor empresário só faz sucesso entre aqueles que aderem ao extermínio de modos de vida e do direito de outros brasileiros viverem em paz e alegria, sentimentos com que ele tanto gosta de se estampar nos noticiários.

Precisamos assim nos unir diante de tamanho descalabro e socializarmos as experiências isoladas que ocorrem aqui e ali. Precisamos travar uma batalha única, em favor do direito dos brasileiros também viverem em sua pátria, nas condições em que até aqui conseguiram assegurar.